

Patrimônio Industrial: a necessidade de diálogos entre disciplinas, a restauração e a arquitetura

Patrimonio industrial: la necesidad de diálogo entre disciplinas, la restauración y la arquitectura

Industrial Heritage: the need for dialogues between disciplines, restoration and architecture

Beatriz Mugayar Kühl
Universidade de São Paulo

Resumo

Este texto trata de questões teóricas e de método relacionadas à preservação de bens ligados ao processo de industrialização. Discute a integração disciplinar para lidar com temas da arqueologia industrial e de patrimônio industrial para, a seguir, analisar questões de método e, por fim, debater aspectos do restauro e do papel da arquitetura num âmbito de articulação de diversas disciplinas. O objetivo é chamar atenção para a necessidade de discutir o método e refletir sobre os instrumentos da restauração para tratar do patrimônio industrial nos dias de hoje, mobilizando os preceitos teóricos de forma conscienciosa para enfrentar as renovadas questões que se colocam na prática. Os bens culturais, neles incluídos os ligados ao processo de industrialização, ancoram indivíduos e grupos sociais no tempo e no espaço e permitem uma apreensão mais alargada do presente, possibilitando projetar o futuro de maneira consciente. Tratá-los de forma imprudente resulta em deformação de elementos que são portadores de conhecimento e suportes de aspectos memoriais e simbólicos, o que pode gerar problemas tanto para os indivíduos como para a coletividade.

Palavras-chave: Arqueologia Industrial, Patrimônio Industrial, Restauração, Arquitetura

Códigos JEL: L7, N6, N7, R1

Resumen

Este texto trata temas teóricos y metodológicos relacionados con la conservación de bienes vinculados al proceso de industrialización. Se discute la integración disciplinar para tratar temas de arqueología y patrimonio industrial, para luego analizar cuestiones de método y, finalmente, discutir aspectos de la restauración y el papel de la arquitectura en el ámbito de articulación de varias disciplinas. El objetivo es llamar la atención sobre la necesidad de discutir el método y reflexionar sobre los instrumentos de la restauración para abordar el patrimonio industrial en la actualidad, movilizándolo los preceptos teóricos de manera consciente para afrontar las renovadas cuestiones que surgen en la práctica. Los bienes culturales, incluidos los vinculados al proceso de industrialización, anclan a los individuos y grupos sociales en el tiempo y en el espacio; tratarlos de manera imprudente resulta en la deformación de elementos portadores de conocimiento y de aspectos memoriales y simbólicos, lo que puede generar problemas tanto a los individuos como a la comunidad, evidenciando la necesidad de actuar de manera fundamentada.

Palabras clave. Arqueología Industrial, Patrimonio Industrial, Restauración, Arquitectura

Códigos JEL: L7, N6, N7, R1

Abstract

This text deals with theoretical and methodical issues related to the conservation of industrial heritage. It discusses the disciplinary integration to deal with themes of industrial archaeology and industrial heritage. Then, questions of methodology are analysed and, finally, aspects of restoration and the role of architecture within the articulation of several disciplines are debated. The aim is to draw attention to the need to discuss methodology and reflect on the instruments of restoration to deal with industrial heritage today, mobilizing the theoretical principles in a conscientious manner in order to face the renewed questions that arise in practice. Cultural assets, including those linked to the industrialization process, anchor individuals and social groups in time and space; treating them recklessly results in deformation of elements that carry knowledge and support memorial and symbolic aspects, which can cause problems for both individuals and the community, evidencing the need to act responsibly.

Key words: Industrial Archaeology, Industrial Heritage, Restoration, Architecture

JEL codes: L7, N6, N7, R1

Patrimônio Industrial: a necessidade de diálogos entre disciplinas, a restauração e a arquitetura

Beatriz Mugayar Kühl
Universidade de São Paulo

1. A arqueologia industrial como campo temático que articula diversas disciplinas

As questões relacionadas à arqueologia industrial estiveram, desde os debates que se avolumaram a partir de meados do século passado, baseadas na percepção de se tratar de tema que envolve conhecimentos de diversas disciplinas; a multidisciplinaridade do campo esteve, implícita ou explicitamente, presente nas discussões¹⁴.

Nas definições que se sucederam no tempo, foi consolidada a noção de que o interesse não se limita apenas às unidades de produção em si, mas inclui formas de produção de energia, primordiais para qualquer atividade produtiva, e um complexo de elementos considerados essenciais, como os meios de transporte, a exemplo do ferroviário que, ao mesmo tempo em que pertence ao setor de serviços é, também, em sua estrutura e forma de operação, um setor produtivo-industrial. Passaram a ser levados em conta os elementos associados à atividades fabris, como habitações e centros de formação profissional, além de aspectos intangíveis, a exemplo de formas de sociabilidade e de transmissão dos saberes. A partir dessa percepção alargada da arqueologia industrial, o olhar estende-se espacialmente e abrange a estruturação de paisagens urbanas e porções do território. Essa complexidade crescente do campo amadurece ao longo das décadas e aparece de modo consistente na Carta de Nizhny Tagil, de 2003, do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), e se amplifica nos Princípios de Dublin, documento conjunto do International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) e do TICCIH, de 2011.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por significativo esforço em discutir diversos aspectos, entre eles a definição do que é uma atividade industrial, o recorde cronológico e a própria expressão arqueologia industrial. Houve acalorados debates sobre o termo arqueologia, questionando-se seu emprego em casos em que não fosse necessário o uso de escavações¹⁵. Diversos autores¹⁶, porém, procuraram evidenciar que “arqueologia” pode ser entendida de maneira ampla, associada a fases passadas de manifestações humanas. Parte do debate apontava para a caracterização da arqueologia

¹⁴ Para discussão do tema remetendo a bibliografia mais ampla, ver Kühl, 2018, p. 37-49.

¹⁵ Algo que transparece, por exemplo, em Raistrick, 1973, p. 13.

¹⁶ Cf. Hudson 1976, p. 17 e Laumon 1985, p. 109.

industrial como disciplina, cujo objetivo seria a preservação do patrimônio industrial (Daumas, 1980, p. 428) e houve tentativas de estabelecer cursos de graduação específicos, discutindo-se a figura profissional do arqueólogo industrial (Raistrick, 1973, pp. 7-8), algo que não foi acolhido por diversos meios acadêmicos e autores¹⁷. Prevaleceu a visão de que o tema é necessariamente multidisciplinar e exige a colaboração de distintas áreas do conhecimento –vários ramos da história, sociologia, geografia, antropologia etc.–, pois não é possível formar uma figura profissional que domine todos os instrumentos necessários. Não vem ao caso, aqui, retomar de modo extenso esse debate, que é mencionado para mostrar que apesar de haver a consciência sobre a necessidade de envolver conhecimentos de mais de um campo, a forma como isso deveria se dar foi objeto de polêmicas.

A discussão amadurece para o entendimento da arqueologia industrial como campo temático –não como disciplina– que, para ser aprofundado, deve calcar-se em referenciais teórico-metodológicos de diversos âmbitos. A expressão recebeu definição precisa na Carta de Nizhny Tagil, que a caracteriza como “método interdisciplinar” que mobiliza os métodos de investigação mais adequados para os problemas a serem enfrentados. Na arqueologia industrial estão incluídas as manifestações intangíveis e os produtos do processo de industrialização, mas esses temas não aparecem explicitados na definição do que é patrimônio industrial (TICCIH, 2003, art. 1). Existe uma diferença, bem esclarecida na Carta, entre arqueologia industrial, que se volta para o estudo dos elementos associados ao processo de industrialização como um todo, e patrimônio industrial, que é aquilo, dentro desse universo, que é reconhecido como de interesse para a preservação. O patrimônio industrial pressupõe que estudos de arqueologia industrial tenham sido feitos para identificar os bens de interesse para a preservação e envolve, sucessivamente, questões de como tratar esse patrimônio. Uma enunciação alargada do patrimônio industrial aparece de forma clara nos Princípios de Dublin (ICOMOS-TICCIH, 2011, artigos 1 e 2). Na definição é explicitada também a conexão profunda com questões culturais, que incluem desde aspectos intangíveis até o meio natural, insistindo-se na necessidade de abordagens que envolvam diversos campos do saber (artigos 3 e 4), que devem mobilizar as mais variadas fontes e métodos.

Da transmissão dos saberes, formas de sociabilidade e manifestações culturais, passando por diversos tipos de construção até a percepção da paisagem e do território e a articulação do meio antrópico com o natural, como estruturados no tempo, as indústrias exigem e oferecem oportunidades interessantíssimas de investigações que devem articular diferentes disciplinas. Passa por campos como história econômica, social, do trabalho, das técnicas e dos processos produtivos, da arquitetura, da engenharia, além de sociologia, antropologia, economia, geografia, física, química, biologia etc. Cada uma das disciplinas envolvidas oferece distintas contribuições que, depois, devem ser entrelaçadas com as outras competências, cada qual com suas

¹⁷ A exemplo de Cossons, 1978, p.19, e Hudson, 1976, p. 18.

respectivas bases epistemológicas; o todo deve ser posto em diálogo para oferecer meios de aprofundamento recíproco, promovendo verdadeiros trabalhos multi, inter e transdisciplinares que contribuam para uma análise abrangente do processo de industrialização. O desafio que se coloca é como fazer isso.

2. Alguns aspectos da produção científica recente e a questão do método

Ao acompanhar a produção científica sobre arqueologia e patrimônio industrial desde os anos 1960 e analisar textos a partir dos anos 1990, é possível notar que nas últimas três décadas houve aumento significativo de escritos sobre o tema, grande parte divulgada em eventos científicos ou revistas arbitradas. Existe uma proporção considerável de descrições de casos de estudo, principalmente a partir de pesquisas históricas e exemplos de intervenção. Esse fenômeno, em si, não é problemático, pois a divulgação do conhecimento sobre edifícios ou complexos industriais específicos é da maior importância. Mas alguns temas são raramente tratados, como, por exemplo, os critérios que deveriam guiar intervenções nos bens industriais¹⁸, apesar de questões nesse sentido estarem colocadas na Carta de Nizhny Tagil e nos Princípios de Dublin. Outra constatação a partir da prevalência de trabalhos monográficos sobre casos é que, apesar do aumento do número de estudos, não está ocorrendo, em medida equivalente, pelo menos no Brasil, uma reflexão sobre conceitos e método –algo que ocorria em maior medida na produção científica dos anos 1970 e 1980–, e, tampouco, aproximações analítico-interpretativas e esforços interdisciplinares de síntese que levem a uma abordagem sistêmica aprofundada e ao conhecimento mais abrangente do próprio processo de industrialização. São pouco numerosos os verdadeiros estudos multi e interdisciplinares para a identificação de bens de interesse para a preservação, para a compreensão do processo de industrialização e para fundamentar projetos de intervenção. Em realidade, as tão decantadas multi e interdisciplinaridade não aparecem com frequência na produção científica e o que se vê é uma “monodisciplinaridade” sucessiva e sem articulação. Daí a importância de retomar questões de método para fomentar essa articulação.

No Brasil, são raras as exceções; uma delas é o trabalho do grupo Memória Ferroviária, conduzido por Eduardo Romero de Oliveira, que pauta as ações a partir de enfoque multi e interdisciplinar, com atividades que envolvem diversas instituições e profissionais de várias áreas. O processo parte de experimentações metodológicas, constantemente revistas em função dos resultados obtidos. Isso pode ser observado nos trabalhos com abordagens distintas sobre um mesmo objeto, que se complementam e se articulam, com profissionais trabalhando conjunta ou sucessivamente sobre temas

¹⁸ Para exemplo dessas buscas sistemáticas, ver Kühn, 2018, p. 19-21. Claro está que existem numerosas exceções, com autores que aprofundam as análises, articulando também questões territoriais, e discutem critérios de intervenção. A título de exemplo, na Espanha, cf. Casanelles, 2013; Biel Ibáñez, 2009; Hernández Martínez, 2006.

específicos, oferecendo miradas e informações diversas, com possibilidade de enriquecimento recíproco em função de objetivos comuns¹⁹. Como exposto pelo próprio Oliveira (2017), o método não está dado; aliás, em nenhuma área: é sempre um processo de construção crítica.

Esse caminho precisa ser trilhado, ainda mais em tempos em que as disciplinas tendem à especialização exacerbada, com rumos cada vez mais autônomos, não havendo tentativas sistemáticas de estabelecer pontes, nem de elaborar sínteses abrangentes. Isso ocorre há algumas décadas e o diálogo entre competências tem se tornado mais complexo, a começar pelo vocabulário que se especializa e o significado que dada palavra assume num campo muitas vezes é bastante diverso daquele que a mesma palavra assume noutro campo próximo, além de variar entre ambientes culturais. Há necessidade, por isso, de dedicar tempo para entender os alicerces epistemológicos de outros campos e os conceitos associados a determinadas palavras, para poder estabelecer uma base comum de diálogo que favoreça o intercâmbio.

Tome-se o exemplo de Salvatore Settis que, com sua formação em arqueologia e história da arte, desenvolveu percurso profissional e intelectual de grande envergadura. A partir de suas bases e da interlocução com diversos profissionais de áreas como o direito e a sociologia, por exemplo, tem lançado luzes das mais relevantes sobre temas como gestão e legislação relacionadas à proteção dos bens culturais e da paisagem (Settis, 2010) e sobre a arquitetura (Settis, 2017), em suas interfaces com a cidade e a paisagem e em suas inter-relações com o direito civil, o todo mobilizado em prol do bem comum. Settis (2017, p. 4) explicita as dificuldade de diálogos entre disciplinas ao trabalhar com a paisagem, que deve ser enfrentada do ponto de vista ambiental, estético, histórico-artístico, jurídico, antropológico etc. Lembra que nenhum profissional tem, sozinho, todas as competências necessárias para enfrentar o tema, que deve receber visadas distintas, mas convergentes. Cada disciplina acabou por conformar um próprio campo cognitivo, muitas vezes em função de interesses profissionais específicos, e por isso a paisagem para os arquitetos é tão diversa da dos arqueólogos, por exemplo. Settis também mostra como cada disciplina acaba entrincheirada em si mesma como uma fortaleza que busca ser autossuficiente. Por outro lado quem percebe os limites desse tipo de aproximação, acaba trilhando o caminho da sucessão de discursos disciplinares estanques – à voz do agrônomo, sucede-se a do arqueólogo, do jurista etc. – compondo um “dissonante coro com vozes díspares” (Settis, 2017, p. 4). Sua proposta é, em vez de continuar esse diálogo de surdos, construir outra via: partindo da própria competência disciplinar, estender experimentalmente o olhar a outras abordagens, a outras linguagens e disciplinas, buscar um olhar mais geral, uma visão unificante, com consciência de que será aproximativa e imperfeita.

¹⁹ Como os estudos sobre as oficinas ferroviárias em Jundiá de Cano Sanchíz, 2015, e de Silva, 2019.

As estratégias de Roméro e de Settis para estabelecer articulações disciplinares são distintas; ambas são válidas e dão resultados notáveis, não são mutuamente excludentes e são importantes para aprofundar as discussões. Edgar Morin (2015, p. 37-38), ao fazer exercício autocrítico sobre a construção de sua obra em vários volumes sobre o método, retoma a ideia de Nietzsche de que os métodos, os efetivamente utilizados, vêm ao final. Lembra que a etimologia de método significa, de modo simplificado, a busca de um caminho. Mostra que é necessário andar longamente e com dificuldade para conceber modos de pensamento que sejam capazes de tratar complexidades, confrontando erros factuais e o dogmatismo, superando o pensamento pontual e parcial. Devem ainda ser combatidos os seguintes erros: o do pensamento binário que enxerga apenas ou/ou e não é capaz de conjugar e/e; o do pensamento linear, incapaz de recursividade; o do pensamento redutor, incapaz de lidar com complexidades. Essas ameaças pesam contra o esforço do conhecimento e não podem ser enfrentadas com procedimentos simplificados que sigam um passo a passo de manual.

O processo de aprofundamento do conhecimento é complexo e exige tempo para que cada profissional envolvido estude e entenda motivações, referenciais e métodos de outros campos. O profissional não deve mudar o próprio lugar de interlocução, mas buscar bases comuns para estabelecer um diálogo profícuo. Isso exige tempo de estudos individuais associados a discussões coletivas. Infelizmente, na realidade atual da produção acadêmica em muitos ambientes, que é medida principalmente a partir de parâmetros quantitativos e em que os supostos parâmetros qualitativos também são derivados de métricas que nem sempre dizem respeito à qualidade, esse tempo de maturação pode ser mal compreendido, tanto na produção de um pesquisador quanto na de uma equipe, problema que se estende também aos financiamentos.

Além de reiterar a necessidade de diálogos disciplinares é importante enfatizar a pertinência e o lugar das diversas disciplinas envolvidas, com suas respectivas bases epistemológicas. Não se propõe que um arquiteto deva fazer as vezes de um químico, que por sua vez atue como antropólogo e assim por diante. É a partir de seus próprios referenciais teóricos e metodológicos que cada área se abre para o diálogo com as outras. Um pesquisador consegue estabelecer pontes com outras áreas e trabalhar nas interfaces entre campos a partir do seu próprio, e sobre questões específicas. Caso contrário, o resultado não será o alargamento do campo, mas a dissolução do conhecimento, recaindo em frouxidão teórico-metodológica. Para enfrentar essa complexidade é necessário retomar a discussão sobre conceitos e método para favorecer a articulação disciplinar e estabelecer linhas que permitam indagações que aprofundem tanto aspectos específicos da questão, quanto a compreensão mais aprofundada do processo de industrialização de maneira abrangente, perscrutando a inserção dos bens na vida sociocultural, política e econômica, no espaço e ao longo do tempo, em suas relações com a estruturação da cidade e do território.

3. A articulação entre disciplinas, o restauro e o papel do arquiteto

A arqueologia e o patrimônio industrial, assim como a preservação de bens culturais em geral e o restauro em particular²⁰, exigem a articulação de diversas competências. Na preservação e no restauro, essa consciência está explicitada na construção do próprio campo. A preservação de bens culturais como campo temático e o restauro como disciplina são fruto de um processo entrelaçado plurisecular, que se amplifica a partir de meados do século XVIII, num intercâmbio contínuo entre experimentações práticas, elaborações teóricas, propostas normativas, feitura de inventários e releituras críticas²¹. O restauro adquire estatuto epistemológico no início do século XX²² e se configura como campo disciplinar autônomo, construindo referenciais teórico-metodológicos e técnico-operacionais que lhe próprios; autonomia, porém, não significa isolamento, pois deve ser articulado a outros campos do saber.

As experimentações e discussões sistemáticas de vários séculos fizeram com que o sentido do restauro no campo disciplinar se afastasse do sentido comum da palavra restauro: restaurar não é voltar ao passado ou a uma suposta fase original, como prevaleceu até o século XIX, nem é operação meramente técnica, mas é respeitar aspectos documentais da obra, sua configuração, materialidade, estratificação ao longo do tempo, prefigurando a ação a ser empreendida pelo projeto, no caso do restauro arquitetônico. A criatividade é parte intrínseca do processo e o restauro comporta, necessariamente, transformações que têm por premissa o respeito pela obra; se for necessário acrescentar novos elementos, eles devem ser distintos da obra historicizada, para mostrar ser fruto do presente e não se confundir com a obra como estratificada no tempo²³. Essa é a visão atual sobre restauro no campo disciplinar e está articulada à

²⁰ No Brasil, a palavra preservação tem sentido abrangente e abarca grande variedade de ações como inventários, registros, leis, educação patrimonial e intervenções nos bens. As intervenções em si assumem denominações variadas dependendo do ambiente cultural, podendo, como explicitado na Carta de Veneza, ser caracterizadas como manutenção, conservação e restauro, com graus crescentes de ingerência, ou serem sintetizadas na palavra restauro, como proposto por Cesare Brandi, inclusive as ações de conservação preventiva, algo que Brandi, 1956, denominava restauração preventiva. O sentido alargado de restauro, ou restauração, que abarca também a denominação do campo disciplinar que se ocupa das intervenções em bens culturais é o adotado neste texto. Existem outras linhas de pensamento, como as que têm raízes no pensamento de John Ruskin, que diferenciam conservação e restauro, não como parte de um mesmo processo, mas como ações de natureza diversa. Torsello, 2005, p. 15, que se aproxima à linha conhecida na Itália como “conservação integral”, considera que o restauro é reconhecido no país como disciplina e a conservação não o é.

²¹ Para o tratamento do tema e referências complementares, ver Carbonara, 1997, e Jokilehto, 1999.

²² Cf. Choay, 2011, p. 22-26, que aponta as formulações de Alois Riegl como as que dão consistência para o campo ser reconhecido como autônomo. Esse conceito de restauro não é universalmente aplicável: é afeito a culturas com visão de linearidade do tempo, de origem judaico-cristã, ancorada na aquisição de consciência histórica e na distinção entre passado e presente; não se volta a manifestações de grupos cuja percepção do tempo é de circularidade.

²³ Esse tema aparece de forma sistematizada em propostas da segunda metade do século XIX. Comparece num texto normativo em 1893 – nas resoluções do IV Congresso de Engenheiros e Arquitetos, adotadas pelo Ministério da Educação da Itália –, e num texto internacional em 1931, na chamada Carta de Atenas

discussão sobre o que é patrimônio e por que e para quem deve ser preservado, algo que varia com o decorrer do tempo. A atenção é voltada não apenas para obras excepcionais, mas também a testemunhos do fazer humano que passam a ser considerados de interesse cultural, abrangendo aspectos memoriais e simbólicos. Preserva-se e restaura-se hoje por razões de natureza cultural, pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais; as ações também são motivadas por razões científicas, pois os bens culturais são portadores de conhecimento em vários campos do saber; e, ainda, por questões éticas, para não apagar nem deformar arbitrariamente traços do passado, privando presente e futuro da possibilidade de conhecimento e do papel simbólico e de suporte da memória coletiva que os bens desempenham²⁴.

Pela responsabilidade envolvida – social e perante os diversos campos de conhecimento, no presente e no futuro – é preciso resolver as questões de modo que a ideia subjetiva se torne acessível a um juízo mais objetivo e controlável. Assim, o restauro deixa de ter uma abordagem prevalentemente empírica e passa a ser guiado por princípios éticos e científicos. Mesmo sendo construção de um presente histórico, a partir do diálogo de várias áreas e, portanto, construção intersubjetiva, a ancoragem nos referenciais das várias disciplinas num dado presente vai separar decisões fundamentadas de decisões arbitrárias. Apesar de ser campo que constrói criticamente seus referenciais há vários séculos, persiste muita incompreensão em relação à preservação, à intersecção com as diversas áreas do conhecimento e ao próprio entendimento do que é restauro.

Há no Brasil, e não apenas no país, uma relação conflituosa dos arquitetos com temas de preservação. Às vezes ignora-se a existência do campo disciplinar do restauro, que construiu seus próprios instrumentos. Ou, com frequência, são atribuídas ao restauro limitações, como ser operação prevalentemente técnica, ou que impõe restrições a ponto de impedir a criatividade e inviabilizar o uso dos bens para as necessidades contemporâneas. Essa é visão redutora e equivocada, que mostra desconhecimento, ou uma deliberada desqualificação, do que é restauração como entendida no campo disciplinar. Muitos, ainda, buscam se desviar das premissas do campo com uma série de “novos” termos que não sobrevivem à luz de uma acurada crítica epistemológica no que respeita aos bens culturais, como “requalificação”, “recuperação”, “reciclagem”, “reuso” e outras “regurgitações lexicais” como qualificadas Miarelli Mariani (2003). Ou, ainda, deformam-se os instrumentos teóricos do restauro para justificar posturas individuais.

de restauração. Esse aspecto é reiterado na Carta de Veneza, de 1964, adotada em 1965 pelo ICOMOS como seu documento-base. A distinguibilidade da ação contemporânea aplica-se quando há elementos faltantes ou lacunas historicizadas na percepção da obra. Em processos de manutenção ordinária ou extraordinária, quando a percepção do elemento faltante não se consolidou na forma como a obra é percebida, não há necessidade de diferenciação (uma telha pode ser substituída por telha igual e assim por diante).

²⁴ Para o desenvolvimento do tema e referências complementares, ver Kühl, 2018, p. 60-80.

Essas limitações atribuídas aos instrumentos do campo, ou deformações de seus instrumentos, são escusas para tratar o patrimônio prevalentemente de modo empírico e como exceções que fogem a qualquer tentativa de regramento, em geral a serviço de interesses setoriais e de curto prazo. Do ponto de vista metodológico, não há insuficiência do restauro e há numerosíssimas experiências bem-sucedidas²⁵ que tomam por premissa que a preservação é ação que se move e tem por objetivo questões prevalentemente culturais²⁶, dão conta dos problemas de uso e eficiência e são viáveis do ponto de vista econômico. As questões socioeconômicas e políticas envolvidas não são desprezadas, mas são as razões que nos levam a preservar as usadas como norteadoras para mediar tensões e conflitos que sempre existirão. Se é bem cultural, a abordagem deveria ser a do restauro.

O ato de intervir em bens culturais de modo fundamentado – o restauro – tem metodologia, princípios teóricos e procedimentos técnico-operacionais que lhe são próprios e resultam da reflexão sobre os motivos pelos quais preservamos e de experimentações plurisseculares. Esse processo é essencial para circunscrever os objetivos da ação, repercutindo na escolha dos meios técnico-operacionais, para que a ação não se torne arbitrária, mesmo devendo ser problematizada, para que se afaste de interesses imediatistas e contemple a coletividade de forma mais abrangente, considerando o tempo na longa duração. O restauro, como entendido no campo, é economicamente viável, mas seu objetivo não é o lucro máximo. O restauro, que é integrado à vida socioeconômica, cultural e política contemporânea, deve trabalhar de modo a atender às demandas, tendo por premissa o respeito pela obra, que foi protegida por razões culturais, éticas e científicas.

A restauração é conjugada no plural: os caminhos para atingir seus objetivos não são unívocos, verificando-se variadas tendências. As soluções variam por causa das diversas correntes de pensamento e porque cada obra, ou conjunto de obras, tem sua própria configuração, materialidade e peculiar transcurso ao longo do tempo, possibilitando uma variedade de soluções e de meios a serem empregados na fase operacional. No restauro, um mesmo problema pode ter distintas soluções, pois não existe uma única solução, aceita de modo universal e atemporal, mas várias possíveis soluções de pertinência relativa. Essa diversidade, porém, não implica que qualquer ação feita num bem cultural seja preservação de fato: a verdadeira preservação deve ser justificável do ponto de vista das razões que levam a preservar. As soluções devem ser pertinentes ao campo, algo delimitado pelos aspectos teóricos e metodológicos relacionados à restauração entendida como ato ético-cultural. Mesmo na diversidade das correntes atuais, existem critérios comuns (não regras fixas), que conformam o campo de ação e ajudam a circunscrever aquilo que realmente é restauro, separando do que exorbita completamente de seus temas, métodos e objetivos.

²⁵ Para a leitura dos instrumentos do restauro no presente, cf. Carbonara, 2018.

²⁶ O restauro como “ato de cultura” como há mais de 60 anos enfatizava Bonelli, 1959, p. 13-29.

Preservar deve ser, sempre, processo multidisciplinar em todas as etapas, como na identificação do que é um bem cultural – que venha por via erudita (história da arquitetura, social, da técnica, econômica, antropologia, sociologia etc.), e/ou associada à apreensão de anseios das comunidades – quanto naquilo que diz respeito à escolha de usos adequados, passando pela eleição dos meios criteriosos para intervir, mesmo que a parte operacional seja executada por uma só pessoa (no caso de um restauro pictórico, por exemplo) ou por uma equipe determinada.

No Brasil, os temas de preservação estiveram por muitas décadas dominados por arquitetos. Quando, por exemplo, num projeto de restauro era exigido articular conhecimentos de outro campo, como a história, isso vinha como um apêndice: as decisões já estavam tomadas e os estudos históricos eram anexados para cumprir um requisito legal, mas sem impacto na discussão do partido de projeto, com consequências nefastas para o bem. Por isso é compreensível que hoje exista uma resistência em relação aos arquitetos. Resistência importante para promover um equilíbrio de visões, mas é necessário tomar cuidado para não cair no extremo oposto: excluir arquitetos de diversas etapas e chamá-lo para fazer o projeto. A forma de ler o espaço do arquiteto, é diferente da do historiador, por sua vez diferente da do sociólogo etc., o que não significa que uma seja melhor do que a outra; são diversas, oferecem contribuições distintas e por isso devem ser articuladas.

Os processos que envolvem várias disciplinas no reconhecimento do que é bem cultural e na escolha de uso socialmente pertinente tem de se defrontar também com as características do bem, ou conjunto de bens, lidas a partir da história social e econômica, da arquitetura, da engenharia, das técnicas, da arte, do design, da engenharia, além de química, física, biologia etc. São características lidas no corpo da obra e que devem se transformar em proposta projetual, que é atribuição do arquiteto. Os estudos multidisciplinares são premissa para um bom restauro, condição necessária para uma atuação respeitosa, mas não suficientes de modo isolado. É preciso desenvolver um projeto arquitetônico de qualidade a partir da articulação dos aportes das diversas áreas que levam a uma pormenorizada leitura da materialidade, dos aspectos documentais e da estrutura formal – da obra, do conjunto, da paisagem – como transformadas pelo tempo, elaborando um projeto prospectivo que se articula com a preexistência sem negá-la, obliterá-la, ou imitá-la, a fim de propor uma renovada e respeitosa sintaxe. O projeto de restauro não se faz por mero somatório das questões e disciplinas envolvidas, que devem, ao contrário, confluir e ser transformadas num ato projetual que enfrente o organismo arquitetônico em sua inteireza²⁷.

²⁷ Para análises do papel do arquiteto no projeto de restauro e referências complementares ver Dalla Negra, 2020.

É importante esclarecer também outro equívoco: alguns arquitetos entendem essa construção da autonomia do campo disciplinar como se o restauro de uma obra arquitetônica não pertencesse à arquitetura; pertence, concomitantemente, ao restauro e à arquitetura²⁸. A biologia aplicada à preservação de bens culturais não deixa de ser biologia, mas passa a ser tensionada pela construção do campo do restauro em razão daquilo que motiva a preservação dos bens culturais e dos objetivos do ato de restaurar. O mesmo se dá com os vários campos envolvidos.

O restauro entendido como ato de cultura é pautado no respeito pelos aspectos documentais da obra, pela sua materialidade e conformação, como transformadas pelo tempo – também naquilo que se refere à consubstanciação, nela, de aspectos memoriais e simbólicos –, o todo mediado pelas contribuições de vários campos do saber. É a partir dessa base que se desdobram os questionamentos atualmente e se alargam os horizontes de aplicação do restauro, construção sociocultural constantemente sujeita a revisões críticas em função daquilo que é reconhecido como de interesse coletivo, sendo necessário promover uma postura reflexiva e um constante exercício filológico para evitar recair numa dimensão mítica e auto-referencial (Varagnoli, 2010). É na tensão entre as propostas construídas no campo do restauro e os conhecimentos advindos dos vários campos disciplinares articulados no ato de restaurar que as soluções devem ser buscadas, e devem ser pertinentes tanto ao restauro quanto à química, à biologia, à arquitetura, à antropologia, à geografia, à história etc. Nessas zonas de sobreposição entre o restauro e os campos articulados é que estão as soluções pertinentes à restauração, que jamais serão uma média apaziguada a partir da soma de fatores isolados, persistindo, sempre uma tensão intrínseca ao processo.

Como exemplos de restauros fundamentados, é possível seguir os resultados do Prêmio Domus de Restauro (criado em 2010), cuja ênfase está na relação propositiva entre restauro e projeto respeitoso. Arquitetura é uma linguagem e os projetos devem saber “ler” o espaço estratificado, utilizando-o como dado, e desenvolver proposta inovadora para responder aos problemas colocados. Os projetos premiados mostram diversas possibilidades de resposta aos complexos problemas colocados para o restauro na atualidade, tanto para obras modestas quanto para grandiosas, para bens isolados ou para complexos que se estendem na escala urbana. A edição de 2020 do prêmio atribuiu menções a projetos de interesse em sítios industriais²⁹, mostrando que restauros respeitosos e propositivos existem e são viáveis.

²⁸ Para análise pormenorizada conformação do restauro como campo autônomo, além de Jokilehto, Carbonara e Choay, ver Kühl, 2018, p. 64-80; para a reiteração da pertinência do restauro arquitetônico como projeto de arquitetura, ver Kühl, 2018, p. 158-175; 220-229.

²⁹ Ver site do Prêmio: <https://www.premiorestauro.it/it/>

4. Considerações finais

É necessário refletir sobre o método para promover pesquisas e ações que de fato aprofundem o conhecimento sobre o patrimônio industrial e sobre os preceitos teóricos da restauração para tratar questões relacionadas às formas de nele intervir. É preciso mobilizar os instrumentos teóricos de forma conscienciosa para enfrentar as renovadas questões que se colocam na prática nos dias de hoje. Os bens culturais, neles incluídos os ligados ao processo de industrialização, ancoram indivíduos e grupos sociais no tempo e no espaço e permitem uma apreensão mais alargada do presente, possibilitando projetar o futuro de maneira consciente. Tratá-los de forma imprudente resulta em deformação de elementos que são portadores de conhecimento e suportes de aspectos memoriais e simbólicos, o que pode gerar problemas tanto para os indivíduos como para a coletividade. Daí a necessidade de agir de modo consciencioso, tendo por premissa que a preservação e o restauro são atos ético-culturais.

Referencias bibliográficas

- Biel Ibáñez, M^a Pilar, 2009. “El paisaje minero en España como elemento de desarrollo territorial”, *Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural-Journal of cultural Heritage Studies*, v. 22, 1: 6-19.
- Bonelli, Renato, 1959. *Architettura e restauro*. Neri Pozza, Venezia.
- Brandi, Cesare, 1956. “Cosa debba intendersi per restauro preventivo”, *Bollettino dell’Istituto Centrale del Restauro*, 27-28: 87-92.
- Cano Sanchíz, Juan M., 2015. “El complejo Fepasa en Jundiá (São Paulo, Brasil): de la arqueología a la rentabilización social”. VII semana nacional de museus na UNIFAL-MG, 2015, UNIFAL, Alfenas 2015: viii-xix.
- Carbonara, Giovanni, 1997. *Avvicinamento al restauro*. Liguori, Napoli.
- _____, 2018. “È proprio necessaria una ‘nuova teoria’ del restauro? Considerazioni sul volume de Salvador Muñoz Viñas”, *Opus*, 2: 163-180.
- Casanelles Rahola, Eusebi, 2013. *Un museu per a un país: el Sistema territorial del mNACTEC*. mNACTEC, Barcelona. Disponível em https://issuu.com/mnactec/docs/un_museu_per_a_un_pais. Acesso em 20 de julho de 2020.
- Choay, Françoise, 2011. *O patrimônio em questão. Fino Traço*, Belo Horizonte.
- Cossons, Neil, 1978. *The BP Book of Industrial Archaeology*. Terceira Edição. David&Charles, London.
- Dalla Negra, Riccardo, 2017. “Architettura e preesistenza: quale centralità”, em Balzani, Marcello e Dalla Negra, Riccardo (eds.), *Architettura e preesistenza*, Skira, Milano: 34-65.
- _____, 2020. “Restauro architettonico: testo o ipertesto?”, em Esposito, Daniela e Montanari, Valeria (eds.), *Realtà dell’architettura fra materia e immagine*. Per Giovanni Carbonara: studi e ricerche, Roma, L’Erma di Bretschneider: 91-98.

- Daumas, Maurice, 1980. *L'Archéologie industrielle en France*. Laffont, Paris.
- Hernández Martínez, Ascensión, 2006. "La musealización de la arquitectura industrial. Algunos casos de estudio", en Rivera, Javier (ed.), *Actas del IV Congreso Internacional 'Restaurar la memoria'*, Junta de Castilla y León, Valladolid: 533-556.
- Hudson, Keneth, 1976. *Industrial Archaeology. A New Introduction*. Terceira Edição. Baker, Londres.
- ICOMOS-TICCIH, 2011. *The Dublin Principles*. Disponível em: https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/10/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_final_20120110.pdf [Acesso em 20 de julho de 2020].
- Jokilehto, Jukka, 1999. *A history of Architectural conservation*. Butterworth-Heinemann, Oxford.
- Kühl, Beatriz Mugayar, 2018. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. Segunda Edição. Ateliê Editorial, Cotia.
- Laumon, Annette, 1985. "Tribulations d'une expression en France", em *L'Etude et la mise en valeur du patrimoine industriel*, CNRS, Paris, pp. 109-111.
- Miarelli Mariani, Gaetano, 2003. "Riflessioni su un vecchio tema: il nuovo nella città storica", *Restauro*, 164: 11-48.
- Morin, Edgar, 2015. *L'aventure de la Méthode*. Seuil, Paris.
- Oliveira, Eduardo Roméro de, 2017. "Memória Ferroviária: perspectivas e desafios na investigação multi e interdisciplinar sobre patrimônio Cultural", em Oliveira, E. (ed.), *Memória ferroviária e cultura do trabalho*, Alameda, São Paulo: 25-68.
- Raistrick, Arthur, 1973. *Industrial Archaeology*. Segunda Edição. Paladin, Frogmore.
- Settis, Salvatore, 2010. *Paesaggio, costituzione, cemento*. Einaudi, Torino.
- _____, 2017. *Architettura e democrazia*. Einaudi, Torino.
- Silva, Tainá, 2019. *Oficinas ferroviárias em São Paulo: um estudo sobre a formação especial da oficina da Companhia Paulista em Jundiaí (1892-1896)*. 2019. Dissertação, Bauru, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP.
- TICCIH, 2003. *Carta de Nizhny Tagil sobre el Patrimonio Industrial*. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilSpanish.pdf> [Acesso em 20 de julho de 2020]
- Torsello, B. Paolo, 2005, "Che cos'è il restauro?", em Torsello, B. Paolo Torsello (ed.), *Che cos'è il restauro?* Marsilio, Venezia: 9-17.
- Varagnoli, Claudio, 2010. "Giovannoni nella casa natale di Croce", em Casiello, Stella et al. (eds.), *Roberto Pane tra Storia e Restauro*, Marsilio, Venezia: 138-142.